

Sumário

Capítulo 1 ► ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E DIREITO FINANCEIRO	17
1. Atividade Financeira do Estado. Conceito e Objeto. Direito Financeiro	17
2. Direito Financeiro	18
3. Finanças Públicas na Constituição de 1988. Competência legislativa	19
4. Fontes do Direito Financeiro	22
5. Princípios do Direito Financeiro	27
6. A Lei nº 13.655/2018 (LINDB) e o Direito Financeiro	28
Capítulo 2 ► ORÇAMENTO PÚBLICO	37
1. Origem e conceito	37
2. Princípios orçamentários	39
2.1. Princípio da Legalidade ou reserva legal	39
2.2. Princípio da Unidade ou Totalidade	40
2.3. Princípio da Universalidade	43
2.4. Princípio do Orçamento-Bruto	44
2.5. Princípio da Anualidade ou da Periodicidade orçamentária	45
2.6. Princípio da Anterioridade ou da Precedência orçamentária	47
2.7. Princípio da Exclusividade	47
2.8. Princípio da Especialização, Especificação ou Discriminação	50
2.9. Princípio da Não Afetação ou Não Vinculação da Receita	52
2.10. Princípio da Proibição do Estorno de Verbas	57
2.11. Princípio do Equilíbrio Orçamentário	60
2.12. Princípio da Programação ou Planejamento	63
2.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa)	63
2.14. Princípio da Transparência ou Publicidade	64
3. Espécies de orçamentos	67
4. Natureza jurídica	70
5. Orçamento impositivo – Emendas individuais e de bancada	74
5.1. Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 (Emendas parlamentares ao orçamento)	81
6. Orçamento participativo	87

7. Emendas do Relator (RP9) ou “Orçamento secreto”	89
7.1. Emendas PIX	95
8. Leis orçamentárias: espécies e tramitação legislativa	98
8.1. Plano Plurianual	99
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	104
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)	120
8.4. Controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias	132
9. Ciclo orçamentário	133
9.1. Proposta orçamentária	134
9.2. Elaboração orçamentária	139
9.3. Execução orçamentária	148
10. Exercício Financeiro	155
11. Créditos Adicionais	157
11.1. Créditos suplementares	159
11.2. Créditos especiais	161
11.3. Créditos extraordinários	163
Capítulo 3 ► DESPESAS PÚBLICAS	167
1. Conceito de despesas públicas	167
2. Espécies de despesas públicas	168
2.1. Quanto à competência	168
2.2. Quanto à periodicidade ou regularidade	169
2.3. Quanto à natureza	169
2.4. Quanto ao critério econômico	170
2.5. Quanto à extensão ou ao ambiente	170
2.6. Quanto à natureza legal	170
3. Execução das despesas públicas	179
3.1. Programação	180
3.2. Licitação	181
3.3. Empenho	181
3.4. Liquidação	185
3.5. Ordem de pagamento	186
3.6. Suprimento	187
3.7. Pagamento	187
4. Regime de adiantamento	187
5. Restos a pagar	189
6. Contingenciamento de dotações	193

7.	Disciplina constitucional dos precatórios	193
7.1.	Preferência dos débitos de natureza alimentícia	202
7.2.	Preferência em razão de idade, doença ou deficiência.....	205
7.3.	Requisição de Pequeno Valor	208
7.4.	Fracionamento do precatório.....	211
7.5.	Compensação de precatórios	213
7.6.	Diferentes destinos conferidos aos precatórios pela EC 113/2021	213
7.7.	Cessão de créditos de precatórios	215
7.8.	Refinanciamento de débitos de precatórios pela União	216
7.9.	Amortização de dívidas via precatórios.....	216
7.10.	Regime Especial da EC 62/2009	217
7.11.	Regime especial de pagamento para os casos de precatórios em mora – de acordo com a EC 99/2017.....	220
7.12.	Comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de pre- catórios e obrigações de pequeno valor.....	227
7.13.	Emendas Constitucionais 113 e 114, de 2021	228
8.	Despesas com pessoal	233
8.1.	Controle das despesas com pessoal.....	246
8.2.	Regime de Transição da LC 178/2021	254
9.	Despesas com a Seguridade Social.....	254
10.	Transferências voluntárias.....	256
11.	Destinação de recursos públicos para o setor privado	262
	Capítulo 4 ► RECEITAS PÚBLICAS	265
1.	Conceito de receitas públicas	265
2.	Classificação das receitas públicas	267
2.1.	Quanto à competência do ente federativo	267
2.2.	Quanto à regularidade ou periodicidade.....	267
2.3.	Quanto à origem ou quanto à coercitividade	267
2.4.	Quanto à natureza	273
2.5.	Quanto à aplicação ou quanto aos fins a que se destina	273
2.6.	Quanto à afetação patrimonial.....	274
2.7.	Classificação legal ou quanto à categoria econômica	274
3.	Estágios da receita pública	278
3.1.	Previsão.....	278
3.2.	Lançamento	279
3.3.	Arrecadação	280
3.4.	Recolhimento	280

4. As receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	281
4.1. Receita Corrente Líquida.....	281
4.2. Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	284
4.3. Renúncia de receitas e incentivos fiscais	285
5. Repartição de receitas tributárias	294
5.1. Participação direta no produto da arrecadação do imposto de renda reti- do na fonte de competência impositiva da União.....	295
5.2. Modalidade de participação no produto de impostos de receitas partilha- das.....	296
5.3. Partilha indireta em favor dos Estados, DF e Municípios	299
5.4. Proibição de retenção e restrições à repartição constitucional de receitas tributárias.....	303
6. Dívida Ativa da União de natureza tributária e não tributária	304
7. Fundos especiais	307
Capítulo 5 ► CRÉDITO PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA	313
1. Conceito e natureza jurídica	313
2. Classificação do crédito público.....	315
2.1. Quanto à pessoa jurídica que obtém o crédito	315
2.2. Quanto à coercitividade.....	315
2.3. Quanto à origem territorial do empréstimo	316
2.4. Quanto ao prazo	317
2.5. Classificação constitucional.....	320
3. Princípios dos empréstimos públicos	320
4. O crédito público na Constituição da República de 1988	321
5. Crédito público e dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	326
5.1. Dívida pública mobiliária	326
5.2. Limites da dívida pública e das operações de crédito	328
5.3. Recondução da dívida aos limites.....	332
5.4. Operações de crédito	333
5.5. Vedações em matéria de endividamento público	338
5.6. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).....	341
5.7. Concessão de garantias.....	344
6. Regra de Ouro das Finanças Públicas	349
7. Formas de extinção da dívida pública	352
8. A dívida pública e o novo regime fiscal (ECs 95/2016 e 102/2019)	353
9. O Novo Regime Fiscal Sustentável ou “Novo Arcabouço Fiscal”	359
10. Regime de recuperação Fiscal	365

Capítulo 6 ▶ FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	373
1. Transparência, controle e fiscalização dos orçamentos.....	373
2. O controle externo	378
2.1. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.....	378
2.2. Formas de controles exercidas pelos Tribunais de Contas	384
2.3. Competências dos Tribunais de Contas.....	386
2.4. Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas	407
2.5. Relatórios dos Tribunais de Contas.....	409
2.6. Controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Contas	409
2.7. Competência dos Tribunais de Contas para expedir cautelares.....	410
2.8. Competência do TCU conforme entendimentos do próprio Tribunal.....	411
2.9. Comissão Mista Permanente.....	415
2.10. Tribunal de Contas da União	415
Capítulo 7 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	421
1. Conselho Monetário Nacional (CMN).....	428
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).....	432
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)	434
4. Banco Central do Brasil	434
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	440
5. Comitê de Política Monetária (COPOM)	443
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	444
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	447
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).....	448
9. Banco do Brasil S/A.....	450
10. Caixa Econômica Federal (CEF).....	452
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	454
12. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)	455
Capítulo 8 ▶ CRIMES RELACIONADOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS	457
1. Crimes contra as finanças públicas no Código Penal	457
1.1. Contratação de operação de crédito.....	459
1.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	461
1.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	462
1.4. Ordenação de despesa não autorizada	464
1.5. Prestação de garantia graciosa	467
1.6. Não cancelamento de restos a pagar	469

1.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	470
1.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	472
1.9. Infrações administrativas contra as leis de finanças públicas	472
2. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86	473
2.1. Bem jurídico tutelado	477
2.2. Sujeitos do crime	478
2.3. Competência	479
2.4. Delação premiada.....	479
2.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	480
2.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º)	481
2.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º)	486
2.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º)	487
2.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17)	488
2.10. Financiamento mediante fraude (art. 19)	491
Capítulo 9 ► O DIREITO FINANCEIRO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19	495
1. Emenda Constitucional nº 106, de 2020.....	495
2. Leis complementares nº 172/2020 e 197/2022	497
3. Lei Complementar nº 173, de 2020	498
4. Calamidade Pública e Regime Extraordinário Fiscal (EC 109/2021).....	505
5. Auxílio emergencial.....	508
6. Impossibilidade de responsabilização pela não aplicação dos percentuais mínimos em ensino (EC 119/2022).....	508
7. Importantes entendimentos sobre o Direito Financeiro e a COVID-19.....	510
SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO FINANCEIRO.....	513
Supremo Tribunal Federal.....	513
Superior Tribunal de Justiça.....	514
Tribunal de Contas da União.....	515
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	521